

DATA LUTA



BOLETIM DATA LUTA

Uma publicação do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA.
Presidente Prudente, janeiro de 2009, número 13. ISSN 2177-4463.

www.fct.unesp.br/nera

ARTIGO DATA LUTA

Questão agrária atual: Sergipe como referência para um estudo confrontativo das políticas de reforma agrária e reforma agrária de mercado (2003 – 2006).

ARTIGO DO MÊS

Mobilização camponesa no Pontal: Retratos de permanências e transformações nas relações sociais do campo, 1946 – 1996.

www.fct.unesp.br/nera/artigodomes.php

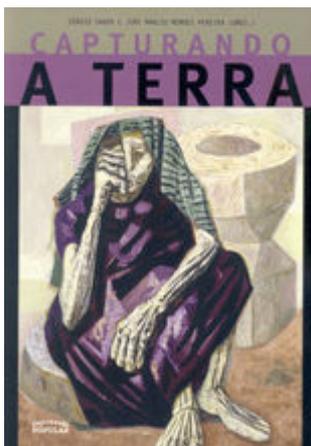
EVENTOS

XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária “*Formação e contemporaneidade da diversidade sócio-espacial no campo*”, São Paulo (USP), 02 a 07 de fevereiro de 2009

XII Encuentro de Geógrafos de América Latina “*Caminando en una América Latina en transformación*”, Montevideo (Universidad de la República), 3 a 7 de abril de 2009.

XXVIII Congresso Internacional da Associação de Estudos Latino-Americanos (LASA), Rio de Janeiro (PUC), 11 a 14 de junho de 2009.

PUBLICAÇÃO



Capturando a Terra - Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado

Os artigos deste livro demonstram como as políticas de reforma agrária de mercado se instalaram, ao longo da última década, em sofisticados instrumentos de combate a uma verdadeira democratização do acesso e controle sobre a terra. Os artigos ressaltam ainda, com uma precisão contundente, o papel desempenhado pelo Banco Mundial em fomentar a adoção dessa abordagem extremamente danosa a milhões de homens e mulheres sem terra que lutam pela reforma agrária.

APOIO

QUESTÃO AGRÁRIA ATUAL: SERGIPE COMO REFERÊNCIA PARA UM ESTUDO CONFRONTATIVO DAS POLÍTICAS DE REFORMA AGRÁRIA E REFORMA AGRÁRIA DE MERCADO (2003 – 2006)¹

Eraldo da Silva Ramos Filho

Doutor em Geografia pela FCT/Unesp
Pesquisador do NERA
eramosfilho@gmail.com

Nas últimas décadas o campo brasileiro vem passando por transformações profundas, em particular a alteração da postura do Estado frente à questão agrária. Em virtude do seu ajustamento à lógica neoliberal, verifica-se a concretização da internacionalização das políticas públicas para o campo, mediante: a difusão da concepção de alívio da pobreza rural, a substituição da questão agrária pelas políticas de desenvolvimento rural, o fortalecimento do agricultor familiar e negação da existência do camponês, assim como a implementação da Reforma Agrária de Mercado.

Tais concepções estão inspiradas em documentos, programas e diretrizes de agências financeiras multilaterais dentre elas o Banco Mundial e fundo Monetário Internacional que influenciam e subsidiam a intervenção política dos Estados credores com vistas a propagação de um pacote de políticas fundiárias neoliberais, formado por: ações voltadas a à administração das terras, de modo a discriminar e mapear o estoque de terras públicas e privadas; incentivos à titulação alienável das terras públicas e comunais; estímulos ao funcionamento dos mercados de terras; financiamento voltado para a criação de fundos de terras ou bancos de terras; e criação de mecanismos de reforma agrária de mercado.

Em diferentes países da África, Ásia, América Latina e Brasil o instrumento de reforma agrária de mercado foi instituído. Mas, foi no Brasil que tais políticas alcançaram maior amplitude e aprofundamento. Apesar de apresentarem diferentes denominações no espaço e no tempo a reforma agrária do Banco Mundial tem regras de funcionamento e impactos socioterritoriais negativos muito similares. Este instrumento de recriação do campesinato foi introduzido no Brasil em 1997, mesmo diante de fortes questionamentos, acerca dos seus impactos socioterritoriais negativos, foi territorializado nas cinco regiões brasileiras e segue ampliando o número de famílias atingidas e áreas compradas. Nesse bojo, este estudo analisa os processos socioespaciais que têm contribuído para a construção de distintas (des)(re)territorializações dos camponeses mutuários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) e dos assentados nos Projetos de

¹ Este texto é uma síntese da tese de doutoramento defendida junto ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita” – Campus de Presidente Prudente, sobre a orientação do Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes. Pesquisa realizada com bolsa do Programa Institucional de Capacitação Docente e Técnica (PICDT) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Disponível em www.fct.unesp.br/nera

Reforma Agrária.

Atualmente, no governo Lula, todos os programas criados durante o governo anterior foram extintos. Todavia, linhas de financiamento substitutivas foram criadas e abrigadas sob o PNCF, integrante da Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com a operação do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, agora incorporado à política fundiária do Estado brasileiro e funcionando como um instrumento de longo prazo. Há modalidades de linhas de financiamento da RAM semelhantes às do governo anterior. Embora que cada uma delas tenha passado por um “melhoramento” nas regras operacionais e tenha ganhado um novo nome, a lógica do programa permanece a mesma.

Tomo como ponto de partida a escala de Sergipe para analisar o processo de implantação da reforma agrária e a reforma agrária de mercado no período de 2003 a 2006. Analiso o processo de (des)(re)territorialização dos camponeses mutuários da reforma agrária de mercado e beneficiários da reforma agrária, comparo suas histórias de vida e debato teoricamente a construção dos diferentes espaços de socialização política. Discuto a construção das diferentes territorialidades no processo de criação e recriação do campesinato a partir das políticas fundiárias em tela.

A partir da implantação dos empreendimentos de crédito fundiário e assentamentos de reforma agrária e as diferentes formas de participação política dos camponeses apresento pontos de contato, afastamento e oposição entre as territorialidades em construção. Discuto o tratamento dado à política de reforma agrária nos governos José Sarney, Fernando Collor de Melo, Itamar Franco. Bem como, as mudanças paradigmáticas das políticas fundiárias assumidas a partir dos dois mandatos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, seguido das políticas fundiárias no primeiro mandato do presidente Luis Inácio Lula da Silva.

Analiso o processo de territorialização da reforma agrária de mercado e reforma agrária através de dados estatísticos com vista a delimitar o lugar da primeira no processo de criação e recriação do campesinato e remeto o leitor à análise dos pressupostos, princípios e intencionalidades das políticas fundiárias neoliberais difundidas pelo Banco Mundial como forma de controle dos processos de criação e recriação do campesinato. Passando em seguida para a exposição das diferentes manifestações das políticas fundiárias neoliberais na escala global, para tanto me utilizo das realidades manifestas na África (África do Sul e Zimbábue), Ásia (Índia, Tailândia, Filipinas), América Latina (México, Colômbia, Guatemala) e Brasil. Reúno as principais características dos países estudados para melhor compreender a problemática no Brasil.

Problematizo a necessidade dos camponeses articularem-se politicamente nas escalas nacional e internacional através da Via Campesina, e construir seu próprio conhecimento para o enfrentamento ao neoliberalismo. Para por fim, debato teoricamente os movimentos socioterritoriais e a luta pela terra, a reforma agrária, e as concepções paradigmáticas da questão agrária.

Palavras-chave: questão agrária; reforma agrária; território; territorialidades; neoliberalismo;

reforma agrária de mercado; campesinato; desenvolvimento territorial.